

Sumário

Capítulo I - A Posse e Propriedade Rural

1. A Questão Fundiária no Brasil	17
1.1. Considerações	17
2. A cidadania	18
3. A dignidade da pessoa humana	20
4. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	21
5. Construir uma sociedade justa e livre	22
6. Garantir o desenvolvimento nacional	23
7. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais	23
8. Promover o bem de todos	24
9. Consequências	24
10. Os movimentos sociais	25
10.1. O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra	29
10.2. Lado positivo do MST	37
11. Tranquilidade social	39
12. Exemplo de violação da tranquilidade social	42
13. Minuta de uma defesa - Contestação	43

Capítulo II - A Posse

1. Definição da posse	75
2. O conceito de posse na modernidade do direito	78

2.1. Dados sobre Savigny e Jhering	85
3. Natureza da posse	85
4. Fundamentos da posse	88
5. Classificação da posse	91
6. Diferença entre boa e má-fé	99
7. Da aquisição da posse	101
8. Dos efeitos da posse	107
9. Da perda da posse	118
10. Peculiaridades do processo possessório	124
10.1. A questão de ano e dia	124
10.2. Diferenças do objetivo de cada interdito possessório	125
10.3. Pedidos que podem ser cumulados nas possessórias	127
10.4. A metamorfose ou fungibilidade do interdito possessório	127
10.5. <i>Querella proprietatis</i> e a autonomia da questão possessória	128
10.6. Requisitos do art. 927 do CPC	130
10.7. A defesa da posse em condomínio	131
10.8. Exceção de domínio	132

Capítulo III - Ação de Manutenção de Posse

1. Conceito de manutenção de posse	137
2. Requisitos ou pressupostos	138
3. Natureza e procedimento especial	139
4. Modelo prático – Ação de Manutenção de Posse	149
5. Jurisprudência	159

Capítulo IV - Ação de Reintegração de Posse

1. Conceito de Reintegração de Posse	167
2. Requisitos	169
3. Natureza e procedimento especial	170
4. Modelo prático - Ação de Reintegração de Posse	173
5. Jurisprudência	180

Capítulo V - Interdito Proibitório

1. Conceito	187
2. Requisitos	188
3. Natureza e procedimento especial	189
4. Modelo prático - Ação de Interdito Proibitório	191
5. Jurisprudência	199

Capítulo VI - Embargos de Terceiro

1. Conceito	205
2. Pressupostos	207
3. Natureza e procedimento especial	207
4. Modelo Prático - Embargos de terceiro	212
5. Jurisprudência	219

Capítulo VII - O Atentado

1. Origem	225
2. A definição	226

3. Requisitos	228
4. O Procedimento	228
5. A legitimidade <i>ad causam</i>	230
6. A questão da liminar	230
7. Modelo prático - Ação Incidental de Atentado	233
8. Jurisprudência	240

Capítulo VIII - Sequestro Judicial

1. Histórico	247
2. Conceito	247
3. Procedimento	249
4. Pressupostos	252
5. Conclusão	253
6. Modelo Prático - Ação Cautelar de Sequestro Judicial	254
7. Jurisprudência	260

Capítulo IX - Ação de Usucapião

1. Considerações	267
2. Prescrição	267
3. Conceito de usucapião	273
3.1. Retrospecto histórico	273
3.2. A definição e características	275
4. Usucapião quanto a coisa móvel	279
5. Usucapião quanto aos imóveis	280
6. Usucapião extraordinária	283

6.1. Pressupostos.....	283
7. Usucapião ordinária.....	287
7.1. Requisitos.....	287
8. Usucapião ordinária com prazo reduzido.....	289
9. Usucapião constitucional.....	290
9.1. Requisitos.....	292
9.2. Requisitos para usucapir imóveis rústicos.....	293
10. Processo legal.....	294
11. A Usucapião entre ex-cônjuges ou ex-companheiros.....	300
12. Modelos práticos.....	306
12.1. Ação de Usucapião Extraordinária.....	306
12.2. Usucapião Extraordinária de 15 anos.....	317
12.3. Ação de Usucapião Extraordinária c/ Função Social.....	329
12.4. Usucapião Ordinária de 10 Anos c/ Justo Título.....	341
12.5. Usucapião Ordinária de 5 Anos.....	352
12.6. Usucapião Especial ou Constitucional de 5 Anos.....	362
12.7. Usucapião Extraordinária de Imóvel Urbano (15 Anos).....	372
12.8. Usucapião Constitucional de Imóvel Urbano (5 Anos).....	379
12.9. Ação de Usucapião Coletivo Urbano (5 Anos).....	386
12.10. Modelo Prático de Contestação em Ação de Usucapião Especial.....	395
13. Jurisprudência.....	409

Capítulo X - Despejo Rural

1. Conceito.....	415
2. Da rescisão e o procedimento.....	415
3. Princípios de hermenêutica.....	418
4. Conceito legal.....	420

5. Requisitos dos contratos agrários	422
6. A prova dos contratos	423
7. Direito de preferência	424
8. Da ruptura do vínculo	424
9. Prazos mínimos	425
10. Das benfeitorias	426
11. Dos direitos e obrigações das partes	427
12. Causas de extinção do contrato	429
13. Causas de despejo	430
14. Cláusulas proibidas	431
15. O preço do arrendamento	432
16. Modelo prático - Ação de Despejo Rural	439
17. Jurisprudência	443

Capítulo XI - Ação de Desapropriação de Imóveis Rurais para fins de Reforma Agrária

1. Conceito	447
2. Natureza	447
3. Fundamentos	448
4. Função social como restrição ao direito de propriedade	455
5. Óbices aos princípios constitucionais	458
6. Precedentes e as normas da desapropriação	464
7. Conceito	468
8. Competência	468
9. Procedimento	468

10. Modelos Práticos.....	473
10.1. Ação de Desapropriação	473
10.2. Ação Anulatória de Desapropriação	478
11. Jurisprudência	494

Capítulo XII - Ação Reivindicatória

1. Introdução.....	499
1.1. O patrimônio e o direito de propriedade	499
1.2. Direitos patrimoniais	505
1.3. Direitos reais e obrigações	507
1.4. O direito das coisas	510
1.5. Conceito de domínio	513
1.6. Elementos do domínio	514
1.7. Direitos de vizinhança	519
1.8. Modalidades de direitos de vizinhança	521
1.9. O condomínio	524
1.10. Objeto do condomínio	525
1.11. Da extensão do condomínio	526
1.12. Das restrições do condomínio	526
1.13. Da extinção do condomínio	528
1.14. Da administração do condomínio	528
1.15. Propriedade resolúvel	529
1.16. Direito à propriedade imóvel	532
2. A ação reivindicatória	560
3. Modelo Prático - Ação Reivindicatória	566
4. Jurisprudência	571

Capítulo XIII - Documentação Imobiliária na Garantia dos Negócios

1. Da relevância do assunto	577
-----------------------------------	-----

2. Quanto ao negócio jurídico	577
2.1. O negócio jurídico e a sua validade	577
3. Da capacidade das pessoas	578
3.1. Dos absolutamente capazes	578
3.2. Dos relativamente incapazes	579
3.3. Dos absolutamente incapazes	580
3.4. Outros aspectos da análise	580
4. Da forma do ato jurídico	581
5. Pesquisas finais	582
6. Da legitimidade da aquisição	584
7. Providências finais	586
8. A fase do negócio perante o tabelionato	587
9. Dos atos notariais	588
9.1. O tabelião	588
9.2. O serventuário	588
9.3. A fé pública	588
9.4. Outras terminologias notariais	590

Capítulo XIV - Legislação

Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.....	595
Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.....	691

Bibliografia.....	719
--------------------------	------------

Índice Alfabético-Remissivo	721
--	------------